

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GOVERNANÇA TERRITORIAL INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS NA PAN-AMAZÔNIA

ROSELINE MEZACASA¹

UNIR, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-5478-6382>

MARIA LUCIA CEREDA GOMIDE²

UNIR, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-5878-4800>

ANA CAROLINA VITORIO ARANTES³

UFOPA, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-3867-6327>

RESUMO: *O artigo reflete sobre o processo formativo denominado “Programa de Formação em Governança Territorial Indígena (PFGTI): Territórios ancestrais em um mundo em mudanças”, desenvolvido em quatro países da Pan-Amazônia – Brasil, Colômbia, Equador e Peru – entre 2017 e 2018. A partir da pedagogia da alternância, a proposta envolveu povos indígenas desses países, alicerçada em debates com temas centrais, entre eles: governança territorial e bem viver. Busca-se compreender o processo histórico que constituiu o programa, bem como os conceitos/epistemologias e metodologias que o fundamentam e analisar as experiências práticas, com destaque para a edição ocorrida na Terra Indígena Rio Branco, Rondônia, na Amazônia brasileira. O escopo metodológico envolveu pesquisa participante, prática da história oral, revisão bibliográfica e análise de documentos. O programa mostrou as potencialidades do desenvolvimento de articulações entre instituições para o fortalecimento do protagonismo e autonomia indígena, como também do empoderamento da juventude e do diálogo intergeracional dentro dos territórios indígenas. Assim, compreende-se que a experiência traz contribuições significativas para a construção de pontes e caminhos interculturais entre os povos indígenas e a sociedade não indígena.*

PALAVRAS-CHAVE: *território, governança, indígenas, Terra Indígena Rio Branco, Rondônia.*

ABSTRACT: *The article reflects on the training process denominated “Programa de Formação em Governança Territorial Indígena (PFGTI): Territórios ancestrais em um mundo em mudanças”, advanced in four Pan-Amazonian countries – Brazil, Colombia, Ecuador and Peru – between 2017 and 2018. Based on the pedagogy of alternating, the proposal involved indigenous peoples from these countries, founded on debates with central themes, including:*

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Departamento de Educação Intercultural, Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Email: roselinemezacasa@unir.br

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Pós doutorado em Geografia pela UFSC. Docente do Departamento de Educação Intercultural, Universidade Federal de Rondônia (UNIR).. Email: malugomide@unir.br

³ Doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Email: anacv.arantes@gmail.com

territorial governance and buen vivir (good life). It seeks to understand the historical process that constituted the program, as well as the concepts/epistemologies and methodologies that underlie it and analyze practical experiences, highlighting the edition occurred in Terra Indígena Rio Branco, Rondônia, in the Brazilian Amazon. The methodological scope involved participant research, oral history practice, literature review and document analysis. The program showed the potentialities of developing articulations between institutions to strengthen indigenous protagonism and autonomy, as well as the empowerment of youth and intergenerational dialogue within indigenous territories. Thus, it is understood that the experience brings significant contributions to the construction of bridges and intercultural paths between indigenous peoples and non-indigenous society.

KEYWORDS: *territory; governance, indigenous people, Terra Indígena Rio Branco, Rondônia.*

Introdução

O presente artigo se debruça sobre as trajetórias e experiências do “Programa de Formação em Governança Territorial Indígena (PFGTI): Territórios ancestrais em um mundo em mudanças”⁴, junto aos povos indígenas na Pan-Amazônia⁵. A formação consiste na centralidade de dois grandes temas: território e governança, a partir de um projeto político pedagógico articulador dessas temáticas com um conjunto de conteúdo, entre eles: direito indígena, gênero, globalização, etc. Os encontros foram pautados a partir da pedagogia da alternância, com seis encontros ao longo de doze meses, sempre que possível, no interior dos territórios indígenas no Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Detalharemos ao longo do artigo questões metodológicas e conceituais do processo formativo. Neste artigo, propomos analisar as quatro primeiras edições do PFGTI, ocorridas entre 2017 e 2018, com ênfase para a edição brasileira, em 2018, na Terra Indígena Rio Branco, Rondônia. Entretanto, cabe destacar que edições posteriores ocorram.

Para a sistematização de informações para o presente artigo, utilizamos, enquanto ferramentas de análise, a pesquisa participante, a história oral, a revisão bibliográfica e a análise documental de relatórios internos ao PFGTI. Através do método da história oral temática (ALBERTI, 2013), pautamos uma entrevista com um dos idealizadores da proposta, realizada através de plataforma digital de comunicação. A pesquisa participante (BRANDÃO & BORGES, 2007) se fez presente, tendo em vista que as autoras participaram da implementação do PFGTI no Brasil⁶.

Na primeira parte do texto, apresentaremos o processo de construção do PFGTI, experiência que permeia conexões locais e globais que se entrelaçam aos povos indígenas na Pan-Amazônia. Posteriormente, faremos uma análise do desenho metodológico e epistêmico da formação. Por fim, abordaremos as primeiras experiências na Amazônia brasileira, colombiana, equatoriana e peruana, realizadas entre 2017 e 2018, dando ênfase às ações realizadas junto aos povos na Terra Indígena Rio Branco, Rondônia, Brasil.

O programa de formação em governança territorial indígena

O objetivo deste tópico é apresentar a trajetória que se desdobrou na materialização da proposta que conhecemos como PFGTI. O esforço contextual é importante, pois descortina os processos dialógicos que envolveram experiências em diferentes países da América Latina. Adentramos, também, no Projeto Político Pedagógico do Programa,

⁴ Ao longo do artigo utilizaremos com maior frequência a sigla PFGTI, para nos referirmos ao Programa de Formação em Governança Territorial Indígena.

⁵ Consideramos Pan-Amazônia uma vasta região que abrange o bioma Amazônico e envolve nove países da América Latina: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela (PENNA-FILHO, 2013).

⁶ Também participaram da implementação do PFGTI, enquanto Comitê Pedagógico Local: José das Dores de Sá Rocha (UNIR), Maria do Carmo Barcellos (Forest Trends) e Rui Canoé Filho (Associação Indígena Doa Txato).

buscando observar as categorias e epistemologias que costumam a grande malha do PFGTI.

Em uma entrevista temática sobre a história do PFGTI, o sociólogo Chris van Dam⁷, um dos idealizadores do programa, destacou que a ideia de um programa de governança territorial indígena partiu de duas constatações. A primeira, sobre o processo de territorialização dos povos indígenas de vários países da América Latina, cuja população, apesar de ter suas terras demarcadas, permaneceu abandonada sem políticas públicas que a acompanhasse na gestão dos seus territórios em contextos contemporâneos. A segunda questão destacada por Chris van Dam diz respeito à unidade de referência, que, entre os povos da Amazônia, seria o território, ou seja, o “território usado” como conceituado por Milton Santos (1996, 2000). Assim, a partir da territorialidade indígena e da problemática do uso e manejo florestal e territorial surgiu a ideia de convergir em um processo formativo: território e governança.

Para a elaboração do desenho do programa, ou seja, sua governança, currículo, enfoques metodológicos e pedagógicos etc., o sociólogo cita três importantes encontros/espacos de discussões para troca de experiências com atores da América Latina que já desenvolviam trabalhos sobre gestão territorial indígena. Estes ocorreram em Bogotá (Colômbia), em Chiapas (México), com a participação de diversas instituições indígenas, acadêmicas e ONGs, que desempenhavam experiências nessa temática.

Após os encontros e intercâmbios, a elaboração teórica do programa foi desenhada entre 2014 e 2016. Destaca-se ainda como referência para esse desenho o marco legal da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A partir dessa trajetória que se referenciou nas experiências dos povos na América Latina, no campo da governança territorial indígena, como bem explicou Chris van Dam, foi construído o Programa de Formação em Governança Territorial Indígena: territórios ancestrais em um mundo em mudanças, com a primeira turma iniciada em 2017.

O primeiro passo para a implementação do PFGTI, em âmbito local, foi o estabelecimento das parcerias entre associações indígenas, universidades e ONGs. Essa parceria constituiu um núcleo de debates e apresentações conceituais sobre o programa. Esse período inicial fundase, metodologicamente, enquanto um momento de encontros, quando distintos parceiros passam a dialogar para a efetivação da proposta, em uma perspectiva colaborativa de aprendizados interculturais.

Posteriormente, dentro da estrutura metodológica para a *práxis* do programa, constituiu-se um Comitê Pedagógico Local (CPL), composto pelos parceiros envolvidos, sendo eles: representantes da organização indígena, representantes da instituição de ensino superior e, em alguns casos, representantes das ONGs. O CPL é o núcleo central para as tomadas de decisões. A diversidade de olhares, posições, culturas e

⁷ Maria Fernanda Jaramillo, da WWF Colômbia, também teve papel fundamental na composição conceitual e estrutural do PFGTI. Juntos, Chris van Dam (consultor da Forest Trends) e Maria Fernanda Jaramillo (WWF), lideraram este processo com apoio financeiro da NORAD-NICFI.

experiências que compõem o comitê são ouvidas e valorizadas, em posição dialógica para a construção coletiva e colaborativa do PFGTI. É também através do CPL que os desafios da execução são compartilhados com objetivo de encontrar os caminhos para a superação dos desafios a partir do envolvimento de todos os parceiros.

O PFGTI configurou-se com um currículo de dez grandes temas: marco legal/direitos; território e globalização; desenvolvimento e bem viver; governo territorial e comunal; gênero e geração; planos de vida; manejo administrativo e financeiro; economia indígena/mercados; políticas públicas e governança; mudanças climáticas⁸. Além desses temas citados, 30% dos assuntos devem ser listados pela associação indígena parceira, justamente, para que as especificidades locais sejam abordadas no currículo, valorizando as experiências e demandas dos povos participantes.

Os participantes da formação são indicados pela associação indígena, a partir de critérios do PFGTI. A organização indígena tem autonomia para realizar a escolha e indicação dos 34 participantes e deve levar em consideração critérios para o perfil dos participantes, sendo eles: equidade de gênero e geração, garantindo assim o envolvimento de anciões/anciãs, jovens, mulheres e lideranças⁹. Além dos 34 participantes, a associação indígena também indica tutores, geralmente anciões e anciãs da comunidade, cujo papel é orientar e acompanhar o processo formativo junto aos participantes.

O PFGTI foi construído pautando-se na pedagogia da alternância. Ao longo do processo formativo, aconteceram seis encontros presenciais distribuídos ao longo de doze meses. Cada encontro presencial tinha duração de seis dias. Dois grandes temas eram abordados por professores mediadores, podendo ser eles indígenas ou não indígenas. O desenho inicial do PFGTI orientou que todos os encontros presenciais fossem realizados no interior dos territórios dos participantes, quando viável – essa dinâmica ocorreu no Brasil e em alguns casos na Colômbia e Equador. Essa metodologia potencializa o debate interno ao envolver a comunidade no processo formativo, além de garantir oportunidade de capacitação dentro de suas terras.

Além dos períodos presenciais com professores mediadores das temáticas, ocorre também o tempo aldeia, quando os participantes desenvolvem “Projetos Formativos” com a comunidade, a partir das suas próprias demandas. Tal como consta no documento síntese do PFGTI, a formulação e execução dos projetos formativos “[...] implica uma série de atividades pedagógicas que reforçam o processo de formação (análise, síntese, questionamento, comunicação, entre outras)” (SÍNTESE, 2016, p.3).

A análise do projeto político pedagógico propiciou elencarmos categorias e epistemologias marcantes atreladas à estrutura curricular e

⁸ Os temas foram escolhidos a partir das demandas compartilhadas pelos povos indígenas, durante os eventos realizados. Em um processo complexo, foram levantados os temas que deveriam fazer parte da formação. Com esses dados foram escolhidos os dez temas, garantindo assim uma formação de um ano.

⁹ Metodologia que apresentou resultados significantes no processo formativo, como veremos no último tópico do artigo.

metodológica do PFGTI. Entre elas estão território/territorialidade; governança/autonomia; construções coletivas do pensar e do bem viver. Assim, foi possível compreender que as categorias elencadas localizam o programa em um contexto histórico-social-político que deve ser considerado “um território ancestral em um mundo em mudanças”.

Abordar as experiências territoriais indígenas, que incluem território, territorialidade e governança, são urgentes e imprescindíveis. As conjunturas que se descortinam na Pan-Amazônia envolvem pressões de todas as ordens impostas, como a grilagem das terras, o desmatamento, o garimpo, as queimadas, a caça e a pesca ilegal, além das monoculturas agrícolas do entorno, pautadas no intenso uso de agrotóxicos. Os desafios são intensos nessa realidade de intensas mudanças e pressões socioambientais. Nessa conjuntura, embora muitos dos territórios estejam demarcados e homologados,

[...] muitas dessas terras, ainda que extensas, enfrentam graves problemas de invasão por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, sendo o Estado bastante lento e pouco eficiente em adotar providências para garantir a plena posse dos índios sobre seus territórios (ARAÚJO, 2006, p. 49).

A inércia do Estado na fiscalização e na proteção dos territórios acaba por contribuir com as pressões vivenciadas pelos povos indígenas, como explicitado na citação acima. Nesse contexto, as temáticas que compõem o PFGTI atrelam-se às demandas dos povos indígenas na Pan-Amazônia ao buscar contribuir com uma formação que dialogue com a compreensão das estruturas administrativas do Estado-Nação, bem como com o direito indígena, no escopo do fortalecimento dos povos indígenas na construção das soluções dos desafios contemporâneos. Todos esses temas envolvem as relações internas e externas às cotidianidades indígenas em “territórios ancestrais em um mundo em mudanças” que perpassam a Pan-Amazônia.

O conceito de governança proposto e discutido ao longo do PFGTI, engendra-se em um conjunto de desdobramentos práticos que fortalece a superação da imposição de um silenciamento às autonomias e aos protagonismos indígenas, tal como fica explícito no Projeto Político Pedagógico:

[...] fortalecimento da governança em territórios indígenas da América Latina, por meio do desenvolvimento das capacidades requeridas pelas comunidades, povos e nacionalidades indígenas para exercer uma liderança baseada no reconhecimento às diferenças de gênero e idade, caracterizado por um alto compromisso ético, solidário e de pertencimento, baseado no serviço às comunidades e na orientação dos mais velhos, para contribuir com respostas concretas a novos problemas e desafios no diagnóstico,

planejamento e gestão do território (SÍNTESE, 2016, p. 1).

No Brasil, por décadas, os povos indígenas foram tutelados e subjugados na relação com o Estado-Nação. Faz-se necessário destacar que a Constituição Federal de 1988 trouxe novos horizontes a partir da luta dos povos, de indigenistas e pesquisadores para garantir, no texto constitucional, elementos fundantes para um direito indígena brasileiro¹⁰. Considera-se que:

A Constituição de 1988 trouxe uma série de inovações no tratamento da questão indígena, incorporando a mais moderna concepção de igualdade e indicando novos parâmetros para a relação do Estado e da sociedade brasileira com os índios. De lá para cá, houve um avanço significativo na proteção e no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no país, fazendo desta Carta uma espécie de marco divisor para a avaliação da situação dos índios no Brasil de hoje. Os Constituintes de 1988 não só consagraram, pela primeira vez em nossa história, um capítulo específico à proteção dos direitos indígenas, como afastaram definitivamente a perspectiva assimilacionista, assegurando aos índios o direito à diferença (ARAÚJO, 2006, p. 38).

O afastamento da perspectiva assimilacionista trouxe caminhos frutíferos na relação dos povos indígenas com a sociedade envolvente e com o Estado-Nação. O direito à diferença, como marca o texto constitucional, no trecho em que cita “[...] são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições [...]”¹¹, evidencia um novo tratamento, no qual os povos indígenas passam a ser reconhecidos pelas agências do Estado enquanto protagonistas e autônomos nas suas tomadas de decisão. Assim, ao analisarmos os documentos que orientam o PFGTI fica evidente o caráter epistêmico que se coaduna às lutas dos povos indígenas para fazer valer, na prática, seus direitos, bem como fortalecer as práticas de governança e autonomia.

Outro dado importante, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico do PFGTI, é o protagonismo dos povos indígenas no processo de implementação da formação no interior dos territórios. Essa prática reforça os conhecimentos indígenas e também o que consideramos uma das epistemologias fundamentais envolvidas no programa: as construções coletivas do pensar. Não se trata de “ensinar”, mas sim um compartilhamento de conhecimentos interculturais, para que, a partir disso, experiências múltiplas, positivas, coletivas e organizativas sejam potencialidades para as práticas dos participantes no interior dos seus territórios, bem como com a sociedade envolvente e com o Estado.

¹⁰ Ver Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_231_.asp> Acesso em: 9 nov. 2020.

¹¹ *Ibidem*.

A perspectiva do Bem Viver, além de ser um conteúdo do currículo do PFGTI, também percorre conceitualmente todo o processo formativo. Acosta (2016), em seu livro sobre *O Bem Viver*, destaca que:

O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que não se conquistará com discursos radicais carentes de propostas. É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência – sustentada na solidariedade. [...] E aqui surge um elemento-chave: o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 27).

A categoria do Bem Viver, na sua profundidade epistêmica, fortalece os anseios próprios e específicos de bem viver almejados pelas comunidades indígenas, com base nos territórios em que vivem. Dessa forma, envolve as experiências construídas pelos povos ao longo de suas trajetórias de relações com os territórios por eles habitados, que envolvem humanos e não humanos, relações complexas com as plantas, animais, recursos hídricos. Todos esses saberes foram valorizados e fortalecidos ao longo das práticas do PFGTI. Assim, os conhecimentos indígenas, as construções coletivas do pensar e o Bem Viver são *fiões* que amarram todos os conteúdos do PFGTI.

As primeiras experiências do PFGTI na Pan-Amazônia

A Amazônia é uma região que enfrenta desafios ambientais e socioeconômicos contemporâneos, construídos ao longo das décadas de ocupação por não indígenas. Como destacou o geógrafo Porto-Gonçalves, para os contextos recentes na Amazônia:

[...] a região que até muito recentemente estava relativamente preservada da dinâmica destrutiva que caracteriza o sistema mundo capitalista moderno-colonial vem sendo submetida, sobretudo nas duas últimas décadas, a uma mudança radical em seu metabolismo sociometabólico que, tudo indica, terá gravíssimas consequências para a dinâmica metabólica global e a continuar nos ritmos dos últimos 40 anos nos levará a um verdadeiro colapso ambiental global (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 14).

Essa dinâmica destrutiva é sentida pelos povos indígenas, no interior dos seus territórios em várias regiões amazônicas. Ela envolve invasões de madeireiros e garimpeiros às terras demarcadas, e o agronegócio da monocultura, baseado no intenso uso de agrotóxicos, poluentes aos rios e ao ar, que pressiona muitos povos nas bordas da Amazônia. Ademais, ainda persiste uma pressão discursiva, muitas vezes

se utilizando de retóricas genocidas, que afirma ser “muita terra para poucos índios”. Frases vazias de cognição, quando pautadas na perspectiva dos povos indígenas e da complexa experiência territorial da qual são constituídos historicamente os habitantes ancestrais desses territórios.

Frente a essas conjunturas de desafios Pan-Amazônicos, o PFGTI se constituiu na conexão de histórias e conhecimentos que atravessam os territórios para além das fronteiras político-administrativas. A formação, tendo em vista sua ramificação pela Pan-Amazônia, sugere pensar essa região em perspectivas macro e contextuais, que envolvam diálogos entre distintos povos indígenas que a habitam.

Conforme o documento de sistematização *Voces, rostros y huellas del Programa de Formación en Gobernanza Territorial Indígena: “territorios ancestrales en un mundo cambiante”* (SALINAS, 2019), fizeram parte das quatro edições iniciais do PFGTI, entre 2017 e 2018, 129 participantes indígenas de 37 aldeias/comunidades. Ao total, participaram 21 povos, que formam um mosaico de diversidade linguística e cultural em territórios que compõem a Amazônia peruana, equatoriana, colombiana e brasileira.

O PFGTI na Amazônia peruana foi experienciado pelo povo Shipibo, do Departamento de Ucayali. Sua realização envolveu a Organização Regional Aidesep Ucayali (ORAU), a Federação das Comunidades Nativas de Ucayali (FECONAU), a Universidade Nacional Intercultural da Amazonia (UNIA), e as ONGs World Wide Fund For Nature (WWF Peru) e Forest Trends.

Na região do rio Putumayo, Colômbia, sete povos participaram da formação: os Inga, Pastos, Quillasinga, Yanacona, Pijao, Siona e Kamentsá. A parceria para a sua realização envolveu a Organização Zonal Indígena de Putumayo (OZIP), a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazonia Colombiana (OPIAC), Instituto Tecnológico de Putumayo (ITP), WWF Colômbia e a Forest Trends.

No Equador, os Shuar, Achuar, Waorani, Kichwa e os Sapara participaram da primeira edição do PFGTI. As instituições envolvidas foram à Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (CONFENIAE), à Universidade Estatal Amazônica (UEA), com participação também da WWF Equador.

No Brasil, o PFGTI foi realizado na Terra Indígena Rio Branco (Rondônia). Envolveu os povos Makurap, Tupari, Aruá, Djeoromitxi, Kanoé, Campé, Sakirabiat. A parceria firmada para a realização da ação foi entre a Associação Indígena Doa Txato, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Forest Trends e a Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé).

O Programa de Formação em Governança Territorial Indígena na terra indígena Rio Branco (Rondônia, Amazônia brasileira)

Nesta seção, vamos trazer brevemente o contexto brasileiro acerca de gestão e governança dos territórios indígenas e então apresentar e

analisar a primeira experiência do PFGTI no país, com suas peculiaridades, olhares e perspectivas dos participantes e lideranças.

O debate sobre a gestão territorial indígena no Brasil não é recente e vem sendo realizado a partir do movimento indígena e de diversas ONGs indigenistas. Essa trajetória inclusive desencadeou uma política pública para a governança dos territórios indígenas, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI, instituída em 5 de junho de 2012, através do Decreto de Lei n. 7.747, que contou com a efetiva participação indígena em sua elaboração.

A Comissão Pró-Índio do Acre, por meio de suas ações, foi pioneira em desenvolver cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, onde temas como cartografia e categorias de análise, como etnomapeamento e etnozoneamento foram trabalhados. Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de terras indígenas do estado foram elaborados nos cursos de formação, com o objetivo documentar os acordos coletivos sobre os usos dos recursos naturais das terras indígenas (CPI-ACRE, 2021). Desta forma, considera-se que essas experiências da Comissão Pró-Índio foram fundamentais na elaboração da PNGATI. Entre outras experiências desenvolvidas no Brasil que embasaram e auxiliaram no desenvolvimento da PNGATI, podemos citar os Planos de Vida dos Povos e Organizações dos Indígenas do Oiapoque, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira e ações de vigilância e monitoramento territorial e ambiental no Xingu (RCA, 2021).

Assim, no processo de construção da PNGATI enquanto política pública, trajetórias pioneiras bem-sucedidas estavam em curso na temática da gestão territorial indígena. A partir desses cursos e com a coparticipação intensa dos indígenas nos debates sobre a política pública, temas foram sendo elencados e evidenciados, entre eles *proteção territorial, gestão e conservação ambiental, economia sustentável*. Nesse contexto, a PNGATI tem como objetivo:

garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 21).

Assim, para que a política pública da PNGATI tenha sucesso é fundamental que ocorra o fomento junto aos povos indígenas, além de sua participação ativa no processo de implantação, como protagonistas, “cobrando seus direitos e assumindo as responsabilidades” (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 79).

Nesse contexto, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), como vimos, advém de uma longa trajetória de luta dos povos indígenas por políticas públicas que

façam valer os dispositivos constitucionais. Na conjuntura brasileira, o PFGTI dialoga com a política pública do PNGATI, e pode ser compreendido enquanto instrumento de fomento para a implementação da lei.

A primeira experiência do PFGTI no Brasil ocorreu na Terra Indígena Rio Branco, localizada no estado de Rondônia. Em Rondônia, 21 terras indígenas estão demarcadas em contextos histórico-sociais bem distintos. Desde a década de 1970, a região passa por um processo intenso de ocupação do solo por não indígenas a partir dos projetos de colonização agrária, organizados pela ditadura militar. Até então, desde o final do século XIX, os seringais impactavam significativamente as territorialidades indígenas, entre elas na região do Vale do Guaporé, onde se localiza a Terra Indígena Rio Branco (MEZACASA, 2021).

Fearnside (1990), explica, em seu artigo *Rondônia: estradas que levam à devastação*, que o desmatamento pode ser atribuído à migração maciça para o estado

desde setembro de 1984, pelo asfaltamento da BR 364. [...] a construção de estradas está intimamente ligada à taxa de migração, mais e melhores estradas atraem mais migrantes, enquanto, por outro lado, o aumento da população justifica a construção de outras novas e melhores estradas (FEARNSIDE, 1990, p. 51-52).

Em consequência ao processo de ocupação por não indígenas, intensificado pelas levas de colonização nas décadas de 1970/1980, observam-se inúmeros impactos negativos que incidem sobre as terras indígenas, desde empreendimentos promovidos pelo Estado, como hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e rodovias, até invasões ilegais de caçadores, madeireiros e garimpeiros. Portanto, os territórios indígenas no estado de Rondônia, como em boa parte do Brasil, necessitam de monitoramento de sua área e seus limites, além da gestão de recursos. Assim, o PFGTI foi construído no Brasil nesse contexto de “territórios ancestrais em um mundo em mudanças”.

A ONG Forest Trends, que já realizava trabalhos junto aos povos indígenas na Amazônia brasileira, buscou parcerias com associações indígenas e instituições de ensino superior públicas da região. A parceria foi efetivada para o desenvolvimento do PFGTI no Brasil com o envolvimento da Forest Trends, da Associação Indígena Doa Txato, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da ONG Ecoporé.

Deve-se destacar que o processo inicial para a constituição das parcerias, ainda em 2016, foi fundamental para a construção coletiva da proposta, que precisou respeitar e envolver os tempos para as tomadas de decisões das organizações indígenas, bem como os tempos das outras instituições, para se acercarem e institucionalizarem a ação no interior das suas estruturas administrativas. Nesse ínterim, um conjunto de reuniões envolveu a associação indígena junto à comunidade para apresentar a proposta, as escolhas dos participantes, etc. Também foram realizadas previamente aos encontros presenciais reuniões entre os parceiros para compor o Comitê Pedagógico Local, composto pela

Universidade Federal de Rondônia¹², a Associação Indígena Doa Txato e a ONG Forest Trends. Desse arranjo institucional, as malhas *locais* foram desencadeadas para a efetivação do PFGTI no Brasil.

Depois de dois anos de planejamento, em março de 2018, iniciou-se o processo formativo na aldeia São Luiz, com 34 participantes de sete povos distintos, moradores de nove aldeias no interior da Terra Indígena. Ao total, foram realizados seis momentos presenciais, com duração de seis dias cada, todos naquela aldeia. Os participantes moradores de outras aldeias da Terra Indígena vinham passar os dias da formação presencial na aldeia São Luiz, onde ficavam hospedados. As refeições eram preparadas por uma equipe de cozinheiras da comunidade. O Comitê Pedagógico Local, a partir de uma decisão acertada, fomentou a compra de alimentos no interior do território, mobilizando, assim, uma rede de famílias que, a partir de suas roças, provinha parte dos alimentos consumidos durante as etapas presenciais¹³. Essa indução propiciou o envolvimento de mais famílias nas ações do PFGTI, além de geração de renda.

O facilitador indígena junto da comunidade organizava a infraestrutura interna para a realização dos momentos presenciais¹⁴. A organização envolvia desde a recepção dos participantes, a preparação da equipe de cozinha, composta por mulheres da comunidade, e o fornecimento dos alimentos por parceiros internos. O facilitador também repassava informações aos participantes e, vale salientar, ainda teve um papel singular nos debates e encaminhamentos do Comitê Pedagógico Local. Dessa forma, ficaram também fortalecidos os vínculos de “autonomia e construção coletiva” para a realização das etapas do PFGTI.

O desenho metodológico seguiu a proposta inicial elaborada para a Pan-Amazônia, com a inclusão de 30% de temáticas específicas. Deve-se destacar que algumas adaptações compõem o próprio princípio do programa, quando este fortalece a “construção coletiva do pensar” e a “autonomia indígena”, que foram construídas junto dos participantes. Detalharemos algumas dessas adaptações e peculiaridades da experiência brasileira.

O conceito que envolve território e territorialidade, enquanto processo formativo, foi um dos múltiplos *fiões* da construção do PFGTI. Nessa perspectiva, a atividade intitulada “Experiências Através do Território”¹⁵, se constituiu justamente a partir das demandas levantadas pelos participantes e passou a compor a estrutura curricular. Foi solicitado que, durante os momentos presenciais do curso, fossem realizadas caminhadas aos lugares significativos para os povos da Terra

¹² No interior da estrutura da Universidade Federal de Rondônia, a ação foi institucionalizada enquanto curso de extensão, com carga horária de 328 horas. Ao término da formação, todos os participantes foram certificados.

¹³ O que não era possível comprar no interior do território, era providenciado em mercados.

¹⁴ O facilitador indígena é uma categoria criada pelo PFGTI, que consiste no desenvolvimento de atividades mobilizadas e internas ao território, que envolvem organização dos espaços físicos para realização do curso, planejamento da equipe da alimentação, durante as etapas presenciais, etc. Na edição do PFGTI realizada na Terra Indígena Rio Branco, o facilitador foi Rui Canoé Filho.

¹⁵ Essa ação pedagógica também aconteceu durante as experiências da primeira edição do PFGTI na Colômbia.

Indígena Rio Branco. Os jovens participantes do PFGTI conheciam muitos desses lugares através das oralidades dos anciões e anciãs. Entretanto, a oportunidade de “caminhar no território”, para além dos lugares cotidianamente experienciados na rotina das aldeias, e o compartilhar de histórias que compõem os lugares, as plantas, os animais, fortaleciam as discussões dos grandes temas compartilhados e debatidos pelos professores/mediadores junto dos participantes ao longo da formação.

Assim, em um processo geracional de experiências, foi possível a construção de territórios de conhecimento a partir do caminhar e do malhar-se em diferentes locais de observação e perspectiva, e de pensar e vivenciar o território enquanto ato pedagógico. Tal como nos ensinam as epistemologias indígenas, o conhecimento, para ser conhecimento, precisa ser experienciado e esse processo faz-se no envolver, caminhar, sentir, observar [...] (INGOLD, 2015).

O intercâmbio geracional no interior do PFGTI da Terra Indígena Rio Branco também propiciou discussões fundamentais. No primeiro encontro presencial, atrelado ao tema Globalização e Território, foi realizada uma roda de conversa com a participação dos anciões e anciãs, momento riquíssimo de compartilhamento de histórias, fortalecendo o processo formativo intergeracional. Essa experiência do contar histórias envolveu o processo de luta para a demarcação da Terra Indígena Rio Branco e os desafios enfrentados pelos “antigos” para continuarem existindo mesmo no período em que suas terras foram invadidas pelos seringais. Os anciões Anísio Aruá, Juraci Menkaiká Makurap e o professor Fernando Kanoé participaram e contaram sobre suas trajetórias de vida. Ao final, quando as falas foram abertas ao público que atentamente escutava, os jovens expuseram seus olhares. Muitos relataram que não conheciam aquelas histórias com tamanha riqueza de detalhes, como haviam experienciado naquela noite de contação de histórias. Para muitos participantes foi um despertar ao protagonismo, tal como explicou um jovem:

O que mais gostei do Programa foi a noite cultural, meus avós contaram história da colonização, das doenças que chegaram no povo. Eu escrevi um pouco. A noite cultural foi uma força que me deu pra eu realmente focar no Programa. Quando eles contavam que eles cuidavam muito da terra, saíram das suas terras pra trabalhar com seringueiros, que eles não deixavam falar na língua, por dentro eu ficava pensando ‘por que aconteceu isso?’ Me deu um ânimo, meu vô contou da demarcação, tiraram o seringueiro daqui, eles lutaram pra isso e não vou deixar o que eles construíram (ARANTES, 2020, p. 27).

Dessa forma, a roda de conversa, conectada com a perspectiva metodológica do PFGTI, entre elas, a construção coletiva do pensar, malhou uma troca experiencial fundamental. Muitos jovens, a partir daquelas narrativas dos anciões e anciãs, que muitas vezes envolveu momentos de emoção intensa, foram despertados para os processos

históricos de luta, construídas naquele território demarcado, habitado e experienciado: a Terra Indígena Rio Branco.

A partir do levantamento das demandas da comunidade, os participantes realizaram um diagnóstico inicial e então elaboraram e desenvolveram oito projetos formativos, saber: Cultura Viva; Natureza Viva; Comunidade Limpa; Fiscalização na Reserva; Cultura Medicinal Revigorada; Natureza Protegida; Conhecer e se Proteger; Juventude Forte. Todos os projetos foram desenvolvidos pelos participantes durante o tempo na aldeia, ao longo dos doze meses de duração do processo formativo. No último momento presencial, os projetos e seus resultados foram apresentados aos participantes, bem como à toda comunidade.

O contar indígena sobre as experiências do Programa de Formação em Governança Territorial Indígena

Neste tópico apresentaremos alguns dos olhares e das perspectivas dos participantes e de lideranças das aldeias envolvidas no PFGTI ao longo de 2018, na Terra Indígena Rio Branco. O acesso às informações se deu a partir da análise do relatório intitulado *Monitoramento dos impactos da 1ª edição do Programa de Formação em Governança Territorial Indígena: “territórios ancestrais em um mundo em mudanças”*, documento organizado doze meses após o término do PFGTI (ARANTES, 2020).

No relatório, foram registradas inúmeras falas dos participantes. Nossa análise deste material procurou levantar informações sobre o desdobramento da experiência do PFGTI na vida dos participantes, como também o impacto nas suas participações nos espaços organizativos de deliberação, construídos no interior da TI.

Os impactos da experiência do PFGTI na vida dos participantes são muito positivos, como pode se observar abaixo, a partir das palavras de sete participantes:

a gente foi muito cobrado, eles [a comunidade] tentaram puxar mesmo da gente. Por exemplo, na escola: montaram um grupo, ai colocava quem participou em cada grupo, porque sabiam que aquela pessoa sabia, me puseram em um grupo e Elias em outro (...) falamos sobre direito e outros. As pessoas falaram que gostaram bastante, acharam importante (ARANTES, 2020, p. 13).

antes eu ia pra reunião não sabia nem falar, agora não, vou na reunião, já sei o que dizer, tenho mais noção. Não tenho mais medo de falar... (ARANTES, 2020, p. 14).

hoje (...) ficou diferente, quando a gente fala, alguns dão ouvido, outros não, com isso a gente vai se fortalecendo, a gente se sente mais seguro (...) A gente ajuda em alguns projetos, ideias... aqui mesmo a gente tem planos

já de estruturar a aldeia pra receber reuniões... (ARANTES, 2020, p. 16).

Aprendi (...) a como lidar com questões políticas...a aceitar que a mulher indígena e o jovem têm papel muito importante pra política indígena...eu sei falar, então eu vou buscar na FUNAI, na SEDUC, câmara de vereador. Hoje eu sei qual caminho, o curso me trouxe mais segurança pra mim, falando o que é o meu direito e que eu tenho que buscar... Depois do tema de Políticas públicas e governança, eu entendi que os caras que tão lá, mesmo que a gente não votou neles, eles representam a gente (...) Aí eu cobrei o vereador... (ARANTES, 2020, p. 22).

Eu desenvolvi bastante, nos primeiros [momentos presenciais], a gente tinha vergonha de falar, depois os professores pediam pra falar na frente, explicar, alguém tinha que ir pra falar, não tinha como escapar. Foi passando a vergonha. Aí me desenvolvi e entendi as coisas (ARANTES, 2020, p. 23).

Depois que terminou esse curso (...) tive muita responsabilidade, dentro do meu povo, etnia Makurap, me deram cargo pra procurar ajuda pro nosso povo (...) Quando trocaram de cacique, aí pediram que o cacique não fosse o único responsável, dividir responsabilidade, aí fui indicado (ARANTES, 2020, p. 24).

Depois dessa Formação, abriu minha mente pra participar de reunião da minha comunidade...eu mesmo me pus de ser...eu falei 'eu posso ser, porque tive uma experiência'...na primeira reunião que fui, eu pude falar pra minha comunidade buscar o que falta. Na reunião, as pessoas gostaram que eu falei, isso traz mais vontade de continuar (ARANTES, 2020, p. 25).

O *contar* dos participantes evidencia as marcas da experiência do PFGTI na vida de cada um deles e delas em diferentes aspectos e, sem dúvida, reforça positivamente os conceitos e metodologias empregados na construção coletiva do PFGTI. As narrativas dos participantes mostram a participação em espaços de decisões e segurança na proposição de ideias e o falar em público, bem como o comprometimento nas ações que possam trazer benefícios para a comunidade. Assim, além da benfeitoria individual, que resultou, em alguns casos, em cargos e responsabilidades para os participantes em sua aldeia e/ou povo, a participação e envolvimento da comunidade da Terra Indígena Rio Branco no Programa tem o potencial de promover o desenvolvimento de lideranças locais.

A presença dos jovens e das mulheres indígenas no processo formativo também foi observada ao longo da pesquisa. Essa característica recai sobre um pilar metodológico do PFGTI: a equidade de gênero e

geração na escolha dos participantes. Dessa forma, no PFGTI realizado na Terra Indígena Rio Branco, participaram dezoito homens e dezesseis mulheres. Além disso, o PFGTI contou com a efetiva participação de 23 jovens entre mulheres e homens, de um total de 34 participantes do curso.

A participação destes e destas jovens indígenas destacou-se em algumas narrativas das lideranças da Terra Indígena Rio Branco. Seguem abaixo as palavras de três lideranças que reforçaram o desempenho dos/das jovens nas ações do PFGTI:

[...] a visão deles tá mais aberta, voltada pra população indígena mesmo. Vi uma mudança neles, bem legal (ARANTES, 2020, p. 34).

O curso veio pra trazer essa visão, então quando falamos vamos discutir sobre direitos da população indígena, hoje é diferente a visão deles, foi força uma mais, uma voz mais pra defender a questão indígena (...) Eles viram que em si só não conseguem fazer, precisava da organização da comunidade. Entenderam que é junto mesmo, não tem como ser independente, o negócio é coletivo mesmo (ARANTES, 2020, p. 34).

De vez em quando eles dão ideias. Antes do Programa, nem iam na reunião, depois foi abrindo o conhecimento deles. Agora aparecem bastante jovens, a gente vê que eles se interessam. Eles ficam do começo ao fim, muitas vezes não falam, mas tão ali ouvindo, isso eu acho que já o começo. Futuramente, tem que ter alguém, acho que são eles que irão liderar as comunidades deles (ARANTES, 2020, p. 34).

A percepção das lideranças evidencia que a participação dos jovens no PFGTI, de maneira geral, possibilitou a compreensão dos jovens para a necessidade da organização coletiva para lidar com as diversas questões pertinentes ao território, como também o efetivo envolvimento desses jovens nos espaços coletivos, tanto informais, como rodas de conversa, como reuniões de deliberação da associação indígena.

O *contar* das lideranças também explicita um caminhar que se assentou em fluxos intergeracionais. Observa-se, no campo da política interna, expectativas para os jovens que participaram do processo formativo, no interior de suas comunidades. E, assim, coletivamente, no envolver de anciões e anciãs, jovens, mulheres e lideranças, o fortalecimento das soluções comunitárias e dialógicas para os desafios da governança territorial indígena em “um mundo em mudanças”.

Considerações finais

Ao longo do artigo, buscamos colocar em evidência experiências que envolveram a trajetória de construção e implementação do PFGTI entre 2017 e 2018 na Pan-Amazônia. Ficou evidente que os processos formativos pautados em princípios coletivos e colaborativos em todas as etapas da construção fortalecem os vínculos e, conseqüentemente, a *práxis* do território/territorialidade; governança/autonomia dos povos indígenas; construções coletivas do pensar e o Bem Viver, tal como as oralidades dos participantes demonstraram.

A análise do PFGTI propiciou uma compreensão dos arranjos internacionais enquanto mecanismos para experiências locais no interior da Pan-Amazônia, tal como os encontros e processos para a construção da proposta. Além do mais, demonstrou as potencialidades das parcerias entre instituições – associações indígenas, universidade e ONGs –, fortalecendo seus papéis histórico-sociais.

Como vimos, o PFGTI também se atrela às ações para à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que estimula e fomenta a Governança Territorial Indígena desde 2012, enquanto instrumento de política pública brasileira, a partir do fortalecimento das existências indígenas, com suas especificidades, cosmologias, territorialidades, governanças e histórias próprias. No caso da execução do programa no país, percebe-se que os encontros presenciais e os projetos formativos foram atividades que igualmente impactaram a comunidade, devido à forma de construção do desenho do PFGTI, a sua essência de partir de questões específicas do território e das atividades do programa serem desenvolvidas dentro das comunidades. Destacou-se também o envolvimento da juventude na execução do PFGTI, e muitos deles aproveitaram a oportunidade para começar ou aprimorar as experiências de liderança comunitária.

Tal como uma espiga de milho propicia muitas sementes para o plantio do ano vindouro, o PFGTI constitui-se enquanto fortalecimento de *sementes* ancestrais na luta pela garantia dos direitos indígenas atrelados à governança territorial. Assim, nas conjunturas contemporâneas em territórios ancestrais em um mundo em mudanças, os processos formativos efetivam contribuições significativas para a construção de pontes e caminhos interculturais dos povos indígenas com a sociedade não indígena. Caminhos esses que precisam ser pautados na autonomia e protagonismo destes povos.

Referências bibliográfias

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 24.

ARANTES, Ana Carolina Vitorio (org.). **Monitoramento dos impactos da 1ª edição do Programa de Formação em Governança Territorial Indígena**: “territórios ancestrais em um mundo em mudanças”. 2020.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI**: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE (CPI-ACRE). **Programa Gestão Ambiental e Territorial**, c2021. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/programa-gestao-territorial-e-ambiental/>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

FEARNSIDE, Philip Martin. Rondônia: estradas que levam à destruição. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 61. p. 46-52. 1990.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

MEZACASA, Roseline. **Por histórias indígenas**: O povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia. 2021. 306 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFSC, Florianópolis, SC, 2021.

PENNA-FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, p. 94-111. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: Encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

RCA - Rede de Cooperação Alternativa. **Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira**: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa. 2013.

SALINAS, Sharon Milena Olaya. **Voces, rostros y huellas del Programa de Formación en Gobernanza Territorial Indígena**: “territorios ancestrales en un mundo cambiante”. 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000b.

SÍNTESE. Programa de formação em Governança Territorial Indígena: “Territórios ancestrais em um mundo em mudanças”, 2016.

Recebido em: 16/11/2021 * Aprovado em: 11/04/2022 * Publicado em: 23/12/2021
